ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ACTA

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27 DE DEZEMBRO 2011

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na versão dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e no n.º 1 do artigo 24º do respectivo Regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada sob a Presidência do Senhor José Carlos Simas Raposo, secretariado pelo Primeiro Secretário, Cândida Maria Benevides e pela Senhora Maria José Botelho Viveiros da Silva Lemos Duarte como Segunda Secretária, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 15 de Junho de 2011.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48º da citada Lei n.º 169/99, encontravam-se presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Berta Cabral, o Senhor Vice-Presidente José Manuel Bolieiro e os Senhores Vereadores Alberto Reis Bettencourt Leça, Luísa Teixeira de Magalhães Sousa Moniz, José Manuel Medeiros, Sónia Passos de Barros Borges de Sousa, José Maria Andrade, e Rita Rodrigues.

O Presidente da Mesa declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quinze minutos, e aproveitou para cumprimentar todos os presentes.

Em seguida, procedeu à chamada, tendo respondido os seguintes Senhores Vogais:

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano, Luís Maurício Mendonça Santos, Maria da Conceição Monteiro, Cândida Maria da Costa Benevides, Ricardo Manuel Viveiros Cabral, Roberto da Câmara, Isabel Maria D. A. Rodrigues, Maria da Conceição C.P.V. Arruda, Ricardo Nuno Amaral D. Pacheco, Sónia Cristina Franco Nicolau, Marco António Moniz Silva, José Luís

Pimentel Amaral, Maria de Fátima Costa Soares Dias, José Carlos Simas Raposo, Manuel Fernando Oliveira Campos, Paulo Hugo Falcão P. Viveiros, Pedro Miguel Medina R. Raposo, Sara Cristina Brum de Medeiros, Maria José Botelho Viveiros da Silva Lemos Duarte, Maria Luísa de Medeiros Bairos, Rui Raposo, em substituição de Sérgio Paulo Ávila Marques, André Filipe Matos de Carvalho e Luís Medeiros, em substituição de Maria Helena Tavares Chaves Costa.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia:

Ajuda da Bretanha: Bruno Alexandre Machado Correia, Arrifes: Eusébio Paulo F. Massa, Capelas: André Manuel Pereira de Viveiros, Covoada: José Silva Melo, em substituição de Maria do Rosário Aragão, Fajã de Baixo: João Carlos Resendes Carreiro, Fajã de Cima: José do Rego Furtado, Fenais da Luz: João José Medeiros, Feteiras: João Manuel Raposo Barbosa, Livramento: Manuel António Botelho Soares, Mosteiros: Paulo Jorge F. Almeida, São Sebastião: Fátima Fernanda da Silva Moreira, Remédios: André Filipe Machado Correia, Santa Bárbara: João Carlos Arruda, Santo António: Domingos Vasconcelos, São José: José Francisco Garcia Mota, São Pedro: Francisco José Guedes, São Roque: Gilberto Araújo Rodrigues, São Vicente: Eduardo Manuel Oliveira Cabral, Sete Cidades: Manuel Arsénio Cacilhas Roque, Santa Clara: Ricardo Jorge Raposo Leite.

Não comparecereu à reunião o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Relva: José da Costa Melo que apresentou justificação.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Candelária: Roberto Amaral, Covoada: e Pilar da Bretanha: José M. Carvalho, que não apresentaram justificação.

Contadas as presenças e por haver *quórum*, nos termos do disposto no Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, prosseguiram os trabalhos.

Em seguida, procedeu-se à leitura da correspondência recebida por esta Assembleia nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro.

Período Antes da Ordem do Dia

Após, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Francisco José Guedes para leitura de voto de congratulação pelo 25º aniversário da Escola Secundária das Laranjeiras.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o voto de congratulação aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Viveiros Cabral, igualmente para voto de congratulação pelo 25º aniversário da Escola Secundária das Laranjeiras.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o voto de congratulação aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Foi dada palavra à Senhora Deputada Maria José Cabral para leitura de voto de congratulação pelo prémio de liderança internacional 2011 atribuído à Senhora Presidente da Câmara de Ponta Delgada, Drª Berta Cabral, pelo Conselho de Liderança Luso-americana dos Estados Unidos da América.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o voto de congratulação aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, BE, PP e Santa Clara Vida Nova e abstenção do PS. Este voto encontra-se anexo à acta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para declaração de voto, reafirmando o regozijo da bancada do PSD pelo prémio, referindo que em qualquer circunstância a bancada do PSD votaria a favor de um prémio desta natureza.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Maria José Duarte para leitura de voto de pesar pelo falecimento de Cesária Évora.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o voto de congratulação aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Viveiros Cabral para leitura de voto de congratulação a Ricardo Moura como campeão nacional de ralis em absoluto.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o voto de congratulação aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta, tendo sido dado conhecimento do mesmo ao Grupo Desportivo Comercial.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Almeida para referir que o PSD se associa ao voto e aproveita para congratular a Câmara Municipal de Ponta Delgada por ter atribuído a este atleta a medalha de mérito do município.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Jorge Macedo para leitura de voto de congratulação pelo recebimento, por parte das Câmaras Municipais dos Açores, da receita à taxa variável de 5% da receita fiscal de origem no IRS.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para esclarecer que o sentido de voto do BE, que será o de abstenção, se deve ao facto de no voto de congratulação haver referência à gestão camarária com as quais discordam, estando, no entanto, satisfeitos com a transferência dos montantes em causa.

No seguimento, pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para esclarecer o conteúdo do voto no que concerne à referência à gestão financeira do município, considerando que apenas se refere que foi feita uma gestão austera, não se fazendo uma apreciação subjectiva.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o voto aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, PS, PP e Santa Clara Vida Nova e abstenção do BE. Este voto encontra-se anexo à acta.

No seguimento, pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para declaração de voto, referindo que o PS votou favoravelmente, ressalvando o parágrafo onde se menciona que fica por resolver o contencioso se devem ou não penalizar as receitas fiscais das Regiões Autónomas. Neste sentido, relembrou as palavras da Senhora Presidente da Câmara que referiu não concordar que seja o Governo Regional a fazer a transferência das verbas mas sim o Governo da República.

No seguimento, pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para esclarecimento do voto apresentado e dos considerandos do mesmo.

Em seguida, foi dada a palavra à Senhora Deputada Vera Pires para leitura de requerimento relativo aos níveis de ruído das actividades de animação nocturna nas Portas do Mar e para solicitar documentação no seguimento do referido requerimento, bem como questionar sobre possíveis queixas de munícipes quanto aos ruídos e ao cumprimento da lei em vigor.

No seguimento, pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para referir que este tipo de requerimentos, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, deve ser submetido à mesa e distribuído aos serviços competentes e não lido em sessão de Assembleia.

O Senhor Presidente da Mesa concordou e referiu que, como emana o Regimento, o requerimento em causa será submetido aos serviços.

Em consequência, pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para solicitar esclarecimento, ao considerar que a figura do requerimento poderá funcionar da mesma forma que os esclarecimentos permitidos aos Senhores Deputados após apresentação de cada ponto. Deste modo, indagou como deverá fazer.

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que no Período Antes da Ordem do Dia poderá colocar todas as questões que considerar pertinentes.

Em seguida, foi dada a palavra à Senhora Deputada Vera Pires para leitura de moção sobre participação cidadã na elaboração do documento orientador da reforma da administração local da Região Autónoma dos Açores.

Não havendo pedidos de intervenção, foi a moção a votação tendo a mesma sido rejeitada com os votos contra do PSD, abstenção do PP e favoráveis do PS, BE e Santa Clara Vida Nova. Esta moção encontra-se anexa a esta acta.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para referir que o voto favorável do PS se deve ao facto de considerarem ser útil e profícuo este envolvimento na elaboração de documentos semelhantes.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para informar que solicitou a inclusão na ordem de trabalhos de hoje de um ponto sobre a discussão deste assunto, tendo, atempadamente, aliás, dado entrada de requerimento neste sentido. Pelo que, solicita esclarecimento sobre o motivo para tal pedido não ter sido aceite.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para declaração de voto explicando que o voto contra do PSD se deve ao facto de serem contra a realização de referendos locais sobre esta temática, pois levantariam rivalidades entre localidades. Independentemente disso, nada opõem ao debate aberto a cada uma das bancadas, dando estas o seu contributo sobre este assunto.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para leitura de moção sobre taxas de direitos de passagem, à semelhança de moção que apresentou em 2009.

Não havendo pedidos de intervenção foi a moção a votação tendo a mesma sido rejeitada com os votos contra do PS, abstenção do PSD e PP e a favor do BE.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para declaração de voto, explicando que o sentido de abstenção do PSD enquadra-se no entendimento de que esta matéria se encontra contida numa lei quadro da Assembleia da República e que deverá ser enquadra em decisão daquele órgão.

Em seguida, e não havendo mais votos a apresentar, procedeu-se à apreciação e votação da acta da Reunião anterior.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para dizer que relativamente à elaboração da acta há uma série de pontos que importa melhorar. Assim, e em traços gerais, começou por dizer que a acta da reunião anterior refere que a Senhora Deputada Sónia Nicolau apontou incongruências na acta, sem, contudo, especificar que incongruências seriam. Referiu, também, que as actas deveriam estar disponíveis no portal da Câmara para que qualquer munícipe as pudesse consultar. Sugeriu, ainda, que haja participação activa das bancadas numa pré-leitura da acta, evitando, assim, os votos contra a mesma.
Relativamente aos pontos discutidos em concreto, a Senhora Deputada Sónia Nicolau apontou algumas considerações que não ficaram contempladas ou que foram mal formuladas na acta: quanto à questão das acções de fiscalização relativas ao depósito e recolha de lixo no município, foi dito na altura pela bancada socialista que nada era feito relativamente ao mau cheiro e resto de resíduos que a passagem do camião de recolha de lixo deixava; quanto à e exploração das Noites de Verão no Campo São Francisco, foi dito na reunião anterior pelo PS que deveria ser dada oportunidade às empresas locais, não servindo apenas para apoiar entidades locais quando interessa; relativamente ao empreendimento jovem, o PS referiu na reunião anterior mais do que o que consta da acta, nomeadamente que a Câmara Municipal tem responsabilidades e não se pode “despir” das mesmas porque teve, como mencionado, como contrapartida a construção da Sede dos Escuteiros; quanto ao projecto de

iluminação do Campo São Francisco, a acta deve ser corrigida onde refere que foi lançado concurso para selecção de propostas, pois na verdade a adjudicação a um *atelier* de arquitectos foi feita por ajuste directo; quanto à aprovação do Plano da SAAGA deve constar da acta que foi dito pela Senhora Presidente da Câmara que o Laboratório Regional de Engenharia Civil tinha realizado um relatório final considerando o projecto da Câmara Municipal de Ponta Delgada como sendo o mais correcto; finalmente, quanto ao Plano de Pormenor, a Senhora Deputada realçou que deve constar que o PS lamentou que o mesmo seja suspenso, vistos ser o único Plano de Pormenor e que considera que estes instrumentos são importantíssimos para o ordenamento do território.
Concluiu a sua intervenção solicitando que seja feita alguma melhoria nesta matéria.

No seguimento, o Senhor Presidente da Mesa fez uso da palavra para agradecer as considerações feitas, considerando ser uma mais-valia todos os contributos para a melhoria constante da acta. Não obstante, salientou não ser fácil proceder à transcrição de tudo o que é dito e que a si cabe a leitura do que foi transcrito, conseguindo fazer algumas correcções com base nos apontamento que tomou. Finalizou dizendo que, apesar de tudo, tem sido feito um esforço constante para se ir aperfeiçoando este documento.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Marco Silva para esclarecer que não deve ser feita confusão entre o que é uma acta e o que é um registo da sessão. A primeira apenas contempla as votações e pontos a discussão, sendo a segunda que expõe exaustivamente a transcrição de todas as intervenções. Sugere, assim, que se adoptem os dois documentos de forma distinta, evitando, assim, uma confusão que perdura.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para dizer que se é para tomar esta decisão é para ser igual para todos os partidos, pois o que a Senhora Presidente da Câmara Municipal diz é transcrito ao pormenor.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para solicitar que a transcrição da acta faça a tradução o mais correcta possível do que se passa nas sessões.

Fez uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa para referir que assume ele a responsabilidade sobre esta matéria e está disponível para se trabalhar na melhoria constante da acta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para reforçar a ideia de que no futuro a acta deve ser aperfeiçoada tendo em vista a tradução mais correcta possível do que se passa,

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a acta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, BE, PP e Santa Clara Vida Nova.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e decretou dez minutos de intervalo.

Período da Ordem do Dia

Iniciado o Período da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação da actividade camarária relativamente aos últimos dois meses.

PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DA ACTIVIDADE CAMARÁRIA

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara para a apresentação, com suporte de *Power Point*, do relatório de actividades da Câmara Municipal de Ponta Delgada e dos SMAS e relatório financeiro.

Este documento encontra-se anexo a esta acta.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda que começou por abordar o ponto da apresentação que refere o conjunto de obras realizadas nas

escolas. Neste sentido, referiu que em todos os planos de orçamento reaparecem estes investimentos, sendo que dos 5,3 milhões de euros estipulados apenas 1,7 milhões ainda foram utilizados, o mesmo se passando com a cultura, onde as verbas acabam por ser executadas nos anos seguintes.
Quanto à área social, indagou sobre o que tem o executivo camarário feito relativamente ao Bairro de Santo António e aos problemas sociais que o mesmo tem, como o desemprego, vandalismo e droga, e onde a Senhora Presidente da Câmara fez uma visita, uns dias antes de uma reportagem ter saído na RTP Açores. Perguntou, ainda, porque rebaptizou a Câmara este bairro com o nome de Bairro da Solidariedade.
Fez uso da palavra, ainda, para pedir mais simplicidade e rigor na apresentação camarária, não sendo necessário reproduzir nas sessões da Assembleia toda a matéria, nomeadamente gráficos que apenas contemplam três pontos para análise.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para solicitar dois esclarecimentos: o primeiro prende.se com a recusa do Tribunal de Contas do visto prévio ao concurso do *mini bus* de Ponta Delgada. Do que entendeu, as questões extravasam largamente o caderno de encargos, como foi justificado pela Senhora Presidente. Solicitando, assim, esclarecimento sobre o concurso e o modo como irá o executivo solucionar esta questão. O segundo esclarecimento refere-se ao facto de na semana passada ter sido noticiada a entrega de cabazes de natal. Assim, perguntou quais os critérios que foram tidos em consideração para esta entrega, quais as instituições contempladas, em que consistiram os cabazes e se foram iguais para todas as instituições.

Pediu a palavra o Senhor Deputado André Viveiros para colocar três questões: a primeira referente aos protocolos de transferência de competências para freguesias, indagando para quando será feita a próxima transferência, uma vez que a Câmara Municipal recebeu recentemente verbas relativas ao IRS. A segunda questão é apenas um reparo relativamente ao facto de, coincidentemente ou não, duas obras em duas escolas diferentes, com dois empreiteiros diferentes, terem o mesmo valor de adjudicação. A última pergunta refere-se às seis casas que o executivo pretende construir e que não

avançam supostamente pelo facto de os empreiteiros estarem em falta. Assim, indagou como se poderá solucionar tal questão.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para colocar questão em relação à zona junto ao Casino na Calheta Pêro de Teive, em que há uma quantidade de fogos degradados, inclusive em alguns onde moram pessoas, para além de acumulação de lixo junto a estas casas, bem como dentro e à volta do estacionamento municipal desta zona. Assim pergunta se já foi tomada alguma iniciativa ou se se prevê que seja tomada em relação a estas casas e a estes moradores.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que começou por dizer as obras de reabilitação do parque escolar segue uma tramitação concursal que leva o seu tempo. Aproveitou para esclarecer o Senhor Deputado André Viveiros relativamente ao facto de muitas vezes as propostas terem os mesmos preços, pois a lei impõe um preço base e um preço mínimo e os concorrentes acabam, muitas vezes, por propor o preço mais baixo permitido.
Quando ao bairro de Santo António, a Senhora Presidente da Câmara referiu que há uma equipa técnica permanente no bairro, com trabalho permanente de educação, acções e projectos, através da Divisão de Acção Social. Em relação ao nome do bairro, esclareceu que o bairro continua a ser o bairro de Santo António, e que apenas uma praça interior do mesmo tem o nome de Praça da Solidariedade.
Quanto à simplificação da apresentação, referiu que não só no documento como na apresentação oral faz um esforço de sintetizar ao máximo.
No que concerne ao concurso dos mini bus, refere que as alternativas, perante recusa do visto por parte do Tribunal de Contas, seriam as de recorrer da decisão ou dar por terminado o concurso. Esclareceu que optaram por seguir esta última via e começar o processo de novo, melhorando os documentos que constituem o processo concursal.
Em relação aos protocolos celebrados com as freguesias, irão rever o que estiver assinado e o que estiver assinado será, então, cumprido.

Relativamente à Rua das Cabaças e à construção de seis moradias enquadra-se nos Custos Controlados, sendo lançado concurso e havendo alguém interessado em construir procede-se ao início da obra.
No que toca às habitações degradadas na zona da Calheta Pêro de Teive, a Senhora Presidente da Câmara referiu que as mesmas são da responsabilidade dos seus proprietários, não tendo a Câmara de actuar, sendo que em relação ao lixo a recolha é feita normalmente naquela zona.
Finalmente, quanto à distribuição de cabazes, cabe à Acção Social proceder à distribuição, referindo a Senhora Presidente da Câmara que procurará saber em detalhe as questões levantadas sobre este assunto.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues que sublinhou que a questão que levantou sobre o concurso dos mini bus não foi respondida, pois as questões que o Tribunal de Contas suscita não são imprecisões de peças concursais, é o extravasamento nas exigências relativamente a um dos concorrentes por parte da Câmara relativamente àquilo que é legalmente estabelecido, suscitando também dúvidas quanto à garantia de uma sã concorrência.
Quanto aos cabazes, a Senhora Deputada Isabel Rodrigues salientou lamentar que a Senhora Presidente, que fez questão de ir entregar os cabazes, não soubesse pormenores, pois está a usar dinheiro publico, que deve ser utilizado para suprir necessidades de instituições de forma criteriosa.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo que começou por dizer que quanto à apresentação camarária, o PSD é a favor do rigor e da explicação pormenorizada.
Quanto ao concurso dos *mini-bus*, referiu que melhor transparência e rigor por parte da Câmara não seria possível, tendo a Câmara demonstrado gerir da melhor forma este processo ao seguir a recomendação do Tribunal de Contas.
Finalizou apontando exemplos de concursos lançados pelo Governo Regional dos Açores que foram anulados.

Pediu a palavra o Senhor Deputado José Luís Amaral que começou por fazer referência à acta, concordando com a dificuldade de a mesma ser elaborada,

não obstante achar que deve ser feita uma melhoria nas mesmas. Quanto à questão do concurso dos mini-bus, referiu que a abordagem final do Senhor Deputado Jorge Macedo não deve ser feita nesta sede, não sendo este o local para a sua discussão.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para realçar que os Senhores Deputados têm direito de saber os verdadeiros motivos para o tribunal de contas ter colocado o visto de recusa no concurso. Quanto a tudo o que foi dito pelo Senhor Deputado Jorge Macedo, disse que o mesmo pode discuti-lo na Assembleia Regional e não na Municipal.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Marco Silva que considerou que a decisão política da Câmara Municipal foi a mais “barata” e adequada atendendo às circunstâncias, sublinhando que não há concursos perfeitos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues que começou por dizer que a intervenção do Senhor Deputado Jorge Macedo ilustra os argumentos utilizados para defender a posição tomada pelo executivo camarário. Realçou que o está aqui em causa é uma questão de legalidade e porque é que a Câmara actuou como actuou no seguimento dos desenvolvimentos que ocorreram, questão que continua sem resposta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício que fez uso da palavra para dizer que, concursos públicos com irregularidades há vários, e que se este concurso teve as suas incorrecções, e as mesmas foram verificadas, o que se deve fazer é corrigir para prosseguir, seguindo, assim, o interesse público. Disse, ainda, discordar do tom dado pela Senhora Deputada Isabel Rodrigues quanto à entrega de cabazes de Natal, pois tomara a muitas outras entidades terem gestos desses, que têm obrigações nesta área.

Pediu a palavra o Senhor Deputado André Viveiros, que começou por dizer que, relativamente ao concurso dos mini-bus, a Câmara Municipal tem uma forte assessoria jurídica, o que lhe permitiu agir até ser forçada a parar pelo Tribunal de Contas.

Quanto aos cabazes de Natal, lamenta que seja feita a entrega dos mesmos acompanhada de meios de comunicação social.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que qualquer concurso desta Câmara tem um processo concursal elaborado por técnicos e tem um júri com toda a liberdade de funcionamento e de escolha do concorrente final. Neste caso concreto não correu bem, assumindo a Presidente da Câmara a posição política tomada de começar de novo o concurso para corrigir o que não estava correcto. Relativamente ao assunto da entrega dos cabazes, referiu que todos os anos a Câmara Municipal faz entrega e nunca foi suscitado nenhum problema, não se percebendo o porquê do alarido de agora, talvez pelo facto de ter tido muito boa receptividade por parte das instituições.

PONTO 2 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA E A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Foi presente o ofício n.º 23713/2011, datado de 30/11/2011 da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos de aprovação, em conformidade com o disposto nos artigos 66º e alínea b) do n.º4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2011 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que começou por propor à Mesa proposta de alteração deste Protocolo, concretamente do n.º2 da Cláusula 2ª, propondo que a liquidação prevista seja feita não por duodécimos mas sim por tranches. O protocolo refere-se à passagem de responsabilidade de gestão para a Junta de Freguesia de São Pedro do Campo de Jogos Jâcome Correia.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Luísa Bairos para dizer que é do conhecimento da bancada do PS que a Junta de Freguesia de São Pedro já tem vindo a assumir há um ano as despesas do Campo de Jogos Jâcome Correia, pelo que acham correcto que se minimizem os custos fazendo-se o

protocolo de cooperação. Apenas questionou de que forma será feita a tranche de pagamentos.

Pediu a palavra o Senhor Deputado André Viveiros, para subscrever que irão votar favoravelmente, sem deixar de reiterar a preocupação com o facto de se autorizarem protocolos sem cumprir outros que já se encontram assinados. Concretizou a sua afirmação solicitando que se cumpra o protocolo assinado com a Junta de Freguesia das Capelas.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente que esclareceu haver vários tipos de protocolos, nomeadamente os das obras delegadas e os que são para limpeza de espaços verdes, entre outros. Prosseguiu dizendo que os protocolos relacionados com cumprimento de acções através das quais as Juntas se substituem à Câmara estão rigorosamente a ser cumpridos. Quanto aos protocolos de delegações de competências muitas vezes são adiados pois as competências não são delegadas. No que concerne à questão solicitada pela Senhora Deputada Luísa Bairos, a execução será feita por tranches, variando as meses em periodicidade, em consonância com a Junta de Freguesia.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a Proposta de alteração apresentada pela Senhora Presidente da Câmara a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Após, pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Francisco Guedes que disse concordar com o Protocolo e com a alteração proposta para pagamento em tranches.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 2 a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 3 – PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO DA SAAGA

Foi presente o ofício n.º 24379/2011, datado de 14/12/2011 da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em

epígrafe, para efeitos de aprovação, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2011 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que referiu tratar-se de Plano que já esteve em discussão pública retornando a esta Assembleia para aprovação final.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para perguntar quando se prevê o início da obra de ligação Santa Clara Relva.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que o processo começa de novo sendo necessário lançar o processo de concurso para o projecto.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o ponto 3 a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 4 – AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PARCELA SITO AOS VALADOS, FREGUESIA DE RELVA

Foi presente o ofício n.º 24086/2011, datado de 07/12/2011 da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos de aprovação, referente à proposta da afectação ao domínio público do Município da parcela com a área de 277,44m2, de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2011 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se de afectar ao domínio público do município parcelas de terreno que foram decididas para integração de vias municipais.

Não havendo pedidos de intervenção foi o ponto 4 a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS, PP e Santa Clara Vida Nova e a abstenção do BE, com efeitos imediatos.

PONTO 5 – AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO – CANADA DO CAVALO, FREGUESIA DE FENAIS DA LUZ

Foi presente o ofício n.º 24087/2011, datado de 07/12/2011 da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos de aprovação, referente à proposta da afectação ao domínio público do Município da parcela com a área de 554,00m2, de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se, tal como o Ponto 4, de afectar ao domínio público do município parcelas de terreno que foram decididas para integração de vias municipais.

Não havendo pedidos de intervenção foi o ponto 5 a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS, PP e Santa Clara Vida Nova e a abstenção do BE.

PONTO 6 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO E ADITAMENTO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À REABILITAÇÃO URBANA – REVIVA DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA E ALTERAÇÃO DO ACTUAL REGULAMENTO DE PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO

Foi presente o ofício n.º 24394/2011, datado de 14/12/2011 da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos de homologação.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou-se que esta proposta visa prorrogar a aplicação do regulamento por mais cinco anos, quer no centro histórico da cidade quer abrangendo os núcleos centrais das freguesias do concelho, tratando-se de um projecto de incentivos fiscais municipais, incluindo agora também isenção de pagamento de publicidade.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda que começou por saudar o facto de se querer alargar ao resto das freguesias esta isenção, no então, continuou, considera que continua a falhar neste documento uma definição objectiva das áreas abrangidas, com a definição “núcleos centrais” não sendo explicita, bem como a definição de o que é um centro histórico, com informação criteriosa. Neste sentido, referiu que esta informação detalhada é o que consta de um Plano de Pormenor, e que não existe para Ponta Delgada nem para nenhuma das freguesias do município, o que se lamenta pois este tipo de documento é que salvaguarda que a recuperação de edifícios é feita de forma coerente e que respeite a traça original, dando o exemplo de um edifício na Rua da Misericórdia que não teve este cuidado.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que esclareceu que as zonas de reabilitação urbana são definidas por qualquer município, nada tendo a ver com o histórico, sendo critérios administrativos definidos pela Câmara, de acordo com os critérios que entendeu definir, sendo este determinar o núcleo central da freguesia partir de um raio e cem metros da zona da igreja, definindo-se uma zona à superfície em forma de polígono. Prosseguiu dizendo que em relação aos Arrifes foi definida uma zona de reabilitação urbana a partir da Saúde.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda que salientou que a reabilitação tem um conteúdo e este também é histórico. Discordou do critério utilizado pois o crescimento das freguesias é dispare, não ocorrendo sempre em torno da igreja. Sendo este, assim, um critério aleatório, não tendo fundamento.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que não pode ser feita confusão de centros históricos definidos em planos de pormenor com edifícios históricos. E que em relação à questão da definição de centros, a mesma nada tem a ver com planos de salvaguarda e pormenor, mas sim com áreas de revitalização urbana, sendo estas definidas administrativamente.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para dizer ser do seu agrado qualquer apoio deste género e que o PP já havia, em outras Assembleias Municipais, defendido esta isenção. Propôs, ainda, um adiamento propondo uma isenção em relação a estabelecimentos que tenham esplanadas e serviço no exterior, tendo em conta o período difícil que os empresários da restauração irão passar, com o aumento do IVA.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Raposo, para dizer que considera que o REVIVA é benéfico, deixando um desafios para os Presidentes de Junta destas freguesias, para que aproveitam esta ferramenta para incentivar os habitantes de cada freguesia a dinamizar os seus negócios e ramos de actividade.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa disse que a proposta de aditamento do Senhor Deputado Pedro Medina não é exequível, de acordo com o regulamento.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para dizer que o REVIVA é um caso de sucesso de uma ferramenta reconhecida para melhorar e para que os mais desprotegidos tenham uma forma de recuperação.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 6 a votação, tendo o mesmo sido aprovado com os votos a favor do PSD, PS, Santa Clara Vida Nova e PP e abstenção do BE.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para declaração de voto, justificando que o PS votou favoravelmente o alargamento do REVIVA porque se trata de uma iniciativa de incentivo aos comerciantes e isso é de louvar, bem como pelo facto de o PS, em reunião anterior, ter já sugerido a inclusão das freguesias nestas medidas de incentivo. Não obstante, voltou a referir ser premente que estas medidas constem de documentos rigorosos e criteriosos que não se coadunam apenas com boas vontades e sensibilidade de uma pessoa. Finalizou dizendo que Ponta Delgada tem de ser preservada parta as gerações vindouras.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto justificando a abstenção do BE por continuar a defender uma política de verdadeira reabilitação, faltando ao bem-intencionado REVIVA um plano de pormenor e o levantamento urgente do número de prédios devolutos.

PONTO 7 - PROPOSTA DE ADITAMENTO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO AO RELATÓRIO DE SUPORTE À FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS TAXAS PARA INTRODUÇÃO DE TAXA PREVISTA NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS EM VIAS CONDICIONADAS OU INTERDITAS, E NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CIRCULAÇÃO DE CARRUAGENS TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA

Foi presente o ofício n.º 24364/2011, datado de 13/12/2011 da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos de aprovação.

Foi dada a trata-se de aditar ao regulamento alteração que visa criar uma taxa conforme explica o título do ponto.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para dizer que o PS irá votar contra este Ponto pois resta alteração concretiza em termos de taxas o regulamento que foi publicado no Diário da República a 17 de Outubro de 2011, sendo o seu entendimento que este regulamento não pondera todas as situações que deveria ponderar, concretamente o caso em que se autoriza a instalação de actividades que interajam com entidades abastecedoras de mercadorias, materiais ou equipamentos, penalizando esta actividades e o caso do pedido de urgência em que agrava em 100% a taxa não prevendo a situação de pedido de urgência por motivo de força maior. Acresce que acham que o momento para impor mais um custo as actividades económicas foi mal escolhido.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para perguntar qual foi o parecer da Câmara de Comércio de Ponta Delgada e solicitou esclarecimento quanto à relação com os pedidos de financiamento.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que tem a ver com o facto de as actividades exercidas pelos agentes que têm carruagens turísticas puxadas a cavalos não terem licenciamentos e sem este licenciamento não se podem candidatar a fundos comunitários. Em relação ao parecer da Câmara de Comércio referiu que não o tem em mão pelo que não sabe responder a esta questão de momento.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o Ponto 7 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, abstenção do BE, PP e Santa Clara Vida Nova e contra do PS, com efeitos imediatos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para declaração de voto, justificando que o PD votou contra porque o regulamento em causa não acautela todas as situações e que foi muito mal escolhido o momento para penalizar as actividades económicas do município.

PONTO 8 - PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CARRUAGENS TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA

Foi presente o ofício n.º 24358/2011, datado de 13/12/2011 da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos de aprovação, como estipulado na alínea a) do n.º2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou ser a apresentação de regulamento que define a forma de as carruagens turísticas no município de Ponta Delgada se apresentarem e exercerem a sua actividade, sendo uma forma de formalizar a actividade que já tem vindo a realizar-se de forma correcta. Explicou, ainda, que tiveram por base o Regulamento da cidade de Sintra, que contempla esta actividade.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 8 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos favoráveis do PSD, PP e Santa Clara Vida Nova e abstenção de PS e BE, com efeitos imediatos.

PONTO 9 – REVALIDAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO 2012

Foi presente o ofício n.º 24356/2011, datado de 13/12/2011 da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos de renovação, como estipulado na alínea e) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou ser um assunto tratados todos os anos, sendo uma taxa irrisória, sendo uma questão de princípio, daí a sua aplicação.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o Ponto 9 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, PS, PP e Santa Clara Vida Nova e a abstenção do BE, com efeitos imediatos.

PONTO 10 – ACTUALIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB/JII DO RAMALHO – SANTA CLARA

Foi presente o ofício n.º24414/2011, datado de 14/12/2011, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos de aprovação.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que está a decorrer processo de selecção para adjudicação da obra para ampliação da escola do Ramalho, devendo os trabalhos, que se iniciarão em 2012, prolongar-se a 2013, daí a necessidade de repartição de encargos.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o Ponto 10 a votação, sendo aprovado por unanimidade com efeitos imediatos.

PONTO 11 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Foi presente o ofício n.º 24370/2011, datado de 13 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, conforme dispõe o n.º2 do artigo 48º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que referiu tratar-se de propor a renovação dos serviços de auditoria externa do ROC, propondo-se abrir o concurso para um ajuste directo.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para fazer referência à calendarização prevista no Memorando de Entendimento e a mesma refere que deveria haver alguma preocupação em adoptar um concurso público, sendo o seu entendimento que se deveria ter seguido esta opção.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 11 a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS e Santa Clara Vida Nova e a abstenção do BE e PP.

PONTO 12 – ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS PARTICIPADAS

Foi presente o ofício n.º 24381/2011, datado de 14 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe, para efeitos de autorização e ratificação dos actos entretanto decorridos, para regularização daquela participação da Câmara Municipal nas entidades não societárias.

1 – APHM – Associação Portuguesa de Habitação Municipal

2 – Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis

3 – AEMA – Associação Europeia de Municipalidades com Marina e Porto de Recreios.

4 – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivista e Documentalistas

5 – Fundação Serralves.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se da necessidade de ratificar a participar do município em algumas associações.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda que fez uso da palavra para dizer que a informação apensa a este documento diz que cabe à Assembleia Municipal que dê autorizar para a Câmara participar nas associações, o que nunca sucedeu, pois a adesão a estas associações nunca veio a discussão na Assembleia Municipal, vindo, agora, a Câmara, tardiamente corrigir, tratando-se de uma falta desta. Prosseguiu dizendo que em relação a algumas destas associações foi feita muita publicidade, nomeadamente na relação com a Fundação de Serralves, verificando-se, depois, que a Câmara está em falta com o pagamento anual que lhe competia para usufruir dos benefícios das associações.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que referiu que a parceria com a Fundação de Serralves tem como objectivo principal apoiar a construção e exploração do museu Óscar Niemeyer e esta participação será, aí, mais activa. Disse, ainda, que o protocolo prevê o pagamento por tranches, encontrando-se este pagamento a ser cumprido.

No seguimento, voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda dizendo que a adesão foi feita em Março de 2010, devendo, assim, a tranche ser paga em três tranches, já devendo ter começado, encontrando-se todas as tranches em falta.

A Senhora Presidente da Câmara voltou a referir que a relação com a Fundação de Serralves é para o Museu e que o pagamento será feito nesta altura.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para sublinhar que o texto do protocolo diz que há um conjunto de iniciativas das quais deve beneficiar desde a assinatura do protocolo, não estando só associado à instalação do Museu Óscar Niemeyer e que se não é feito pagamento não há usufruto de benefícios.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que voltou frisar que este protocolo está associado à instalação do museu.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Amaral para indagar porque não é paga a quantia devida à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que será pago assim que esta Assembleia ratificar.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o Ponto 12 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, abstenção d BE, Santa Clara Vida Nova e PP e contra do PS.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto, justificando que a BE se abstém porque, embora não tenha nada contra a participação em algumas associações, tem-no em relação a Serralves, suscitando as mesmas duvidas levantadas pelas intervenções da bancada do PS, não se podendo dizer que não se pagou porque o assunto não havia sido ratificado pela Assembleia, pois a verdade é que nunca o mesmo foi dado a conhecer a esta.

PONTO 13 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RUA DO CASTILHO

Foi presente o ofício n.º24378/2011, datado de 14 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação e autorização da concessão com a consequente abertura de concurso público.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Camara que explicou ser pedido de concessão e exploração do parque de estacionamento.

Pediu a valor médio de receita por mês do parque do Castilho.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para colocar três questões: se está em vigor o contrato? Qual o preço do mesmo? E para o contrato em análise o preço contempla IVA ou não, pois os documentos têm informação contraditória.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que o actual concurso está prorrogado até finalização do presente processo concursal. Quanto ao valor do actual concurso é de nove mil euros por mês. Relativamente ao IVA prevalecerá o que juridicamente for válido.

No seguimento, pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues que pediu esclarecimento quanto ao aumento de preço e que diga de que forma isso se irá repercutir nos custos/hora para utilização do parque.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que este é o preço base, disse ainda não estar previsto nenhum aumento tarifário.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 13 a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis de PSD e PP e abstenção de PS, BE e Santa Clara Vida Nova, com efeitos imediatos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para declaração de voto e registar com agrado que a Senhora Presidente da Câmara declarou não haver aumento tarifário. Justificando a abstenção com o facto de considerarem que os esclarecimentos não foram suficientes.

PONTO 14 – CIDADE E ACÇÃO – SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS S.A. – CLASSIFICAÇÃO DE PRÉDIOS DE INTERESSE MUNICIPAL.

Foi presente o ofício n.º24402/2011, datado de 14 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos de aprovação.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou trata-se de declarar de interesse municipal os prédios rústicos que abrangem o parque municipal.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que começou com um elogio à forma como foi feita a introdução ao parque urbano, com referências históricas interessantes, não tendo contudo sido feita referência a algumas situações, como por exemplo a não concretização do complexo desportivo e das piscinas, como estava previsto. Prosseguiu dizendo haver mais omissões nos considerandos, como o *drive range* e a *club house*. Relativamente às contas, perguntou se em 2009 esta empresa era 51% detida por privados e em 2010 passou a ser uma empresa municipal e tem um aumento de financiamento, como não foi este assunto discutido na Assembleia.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que a história da Acção PDL pode ser consultada junto dos serviços, não sendo, contudo, objecto da presente deliberação e que a memória descritiva do parque urbano não está em discussão e não é importante para a mesma.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que indagou se não é importante a memória descritiva porque faz, então, parte deste documento.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que as considerações do documento têm a ver com o objecto de deliberação e contêm o essencial para se poder deliberar este assunto.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o Ponto 14 a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 15 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Foi presente o ofício n.º24348/2011, datado de 13 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação, de acordo com o estipulado no ponto 2.7.3.1 do Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que à semelhança do ano anterior há uma distribuição de resultados que carece de aprovação.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para perguntar qual o valor da dívida aos fornecedores em 1 de Dezembro de 2011.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que começou por dizer que quanto à redução das receitas próprias, farão parte do relatório de contas depois de fechado o exercício de 2011, havendo receitas próprias do município que tem quebras de mais de 50%. Quanto aos fornecedores, havendo fluxos de tesouraria o pagamento a fornecedores é prioritário.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Ver Pires para dizer que lhe faz sentido que sejam transitados para a Câmara valores dos SMAS, havendo esta disponibilidade. Quanto à nova tarifa considera que a sua criação é de louvar, relembrando, no entanto, que a proposta original de uma tarifa social da água foi apresentada pelo BE há um ano e considerada pelas outras bancadas como impraticável. Mais disse que, considerados estes resultados transitados, esperavam que a tarifa social da água fosse um pouco mais ambiciosa e mais dentro daquilo que o BE propôs.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 15 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, BE e Santa Clara Vida Nova e abstenção do PS e PP, com efeitos imediatos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para declaração de voto, justificando a abstenção do PS, dando o beneficio da dúvida e que esta distribuição de resultados não seja para continuar a alimentar empresas municipais, mas sim para pagamentos a fornecedores.

PONTO 16 – LANÇAMENTO DE DERRAMA

Foi presente o ofício n.º 24346/2011, datado de 13 do corrente mês da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos do disposto nos artigos 53º n.º2 alínea f) e 64º n.º6 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou ser uma proposta idêntica à dos anos anteriores, sendo o pagamento apenas sobre quem tem lucros e com redução de 50% para quem tem volume de negócios inferior a 150 mil euros.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para dizer que o PS se tem oposto consecutivamente ao lançamento destas derramas, por considerarem que quanto maior a dificuldade económica maior a responsabilidade da câmara de assumir responsabilidades, com agravante de o documento em análise vir dizer que a redução de 50% é para “apoiar as pequenas empresas”, sendo que isso é um contra-senso, já que o lançamento da derrama vem sobrecarregar ainda mais as empresas.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para dizer que o PP considera que poderiam ser feitos sacrifícios pela Câmara quanto ao nível de tributação e reduzir o valor a aplicar em redução, dando o exemplo que uma solução mais audaz pudesse chegar aos 0.5 e o regime de isenção ser para volumes de negócios inferiores a 20 mil euros, motivos pelos quais irá votar contra.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que esta derrama não penaliza mais do que o ano anterior, até porque apenas pagam as empresas que tiveram lucro.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Domingos Vasconcelos para fazer salientar que as empresas apresentam grandes dificuldades neste momento e que as mesmas são essenciais para movimentar a economia. Disse, ainda, que

o PS votou contra o primeiro lançamento de derrama deste executivo e volta a votar contra, pois considera o mesmo prejudicial para as empresas.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que a derrama existe sobre o lucro tributado, para além disso, quando se isentam ao abrigo do REVIVA algumas taxas, bem como através de outros mecanismos, não podemos pensar que se pode isentar tudo, pois a Câmara Municipal também tem postos de trabalho para manter e garantias para assegurar aos seus munícipes e tudo isso se faz com receitas.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para reforçar que a gestão camarária não é danosa e prova disso é que recebeu voto de confiança dos munícipes, elencando alguns exemplos da boa gestão.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 16 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, abstenção do BE e Santa Clara Vida Nova e contra do PS e PP.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para declaração de voto, justificando o voto contra por entender ser este o momento da Câmara proteger e não penalizar a vida do concelho, reafirmando que consideram desastrosa a gestão camarária, exemplificando com o projecto do Centro de arte moderna, com a Central de camionagem que nunca se concretizou, entre outros.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto, justificando a abstenção por defender que a derrama deveria ser mais reduzida para empresas com reduzido volume de negócios.

PONTO 17 - ACTUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS para 2012 DE ACORDO

Foi presente o ofício n.º 24354/2011, datado de 13 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe, para efeitos do disposto nos artigos 53º n.º2 alínea e) e

64º n.º6 alínea a) ambos da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e artigo 9º n.º1 da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se de propor a actualização no valor da inflação de Setembro.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para referir que o PS votará contra porque, mais uma vez, se trata de uma medida penalizadora das empresas e das famílias.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente que aproveitou para recrodar que actualizar à taxa de inflação significa em valores reais deixar o valor na mesma e não subir.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para referir que a Câmara actua com prioridade definidas, sendo certo que que as acusações feitas pelo PS podem aplicar-se a uma gestão de um executivo PS, como por exemplo a Câmara Municipal da Lagoa.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 17 a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e contra do PS, BE, PP e Santa Clara Vida Nova.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto, justicontra o aumento por este não ter em conta o momento de dificuldade vivido pelos munícipes.

PONTO 18 – REVISÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA 2011

Foi presente o ofício n.º24352/2011 datado de 13 do corrente mês da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos do disposto nos artigos 53º n.º2 alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2011 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se de criar a dotação necessária para a transferência dos seiscentos mil euros decorrentes da aprovação anterior, relacionados com a participação nos lucros dos SMAS.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 18 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, BE, PP e Santa Clara Vida Nova

PONTO 19 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA

Foi presente o ofício n.º 24350/2011 datado de 13 do corrente mês da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos do disposto nos artigos 53º n.º2 alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2011 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente que referiu tratar-se de proposta de integração do saldo de gerência no orçamento de receita. Aproveitou, ainda, para dizer considerar ser de enorme irresponsabilidade fazerem-se propostas de redução de taxas, sublinhando que a Camara Municipal de Ponta Delgada se encontra com as suas contas perfeitamente equilibradas, cumprindo religiosamente todos os seus compromissos, com uma capacidade de endividamento de trinta e dois milhões de euros, não tendo as suas Empresas Municipais um euro de prejuízo. Disse, ainda, que o prazo médio de entregas e pagamentos desta Câmara é excelente.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António Domingos Vasconcelos para dizer que durante dois anos ouviu dizer que não se pagava às Juntas de Freguesia pela falta do IRS, e sabendo que já se recebeu o IRS gostaria de saber se as Juntas já receberam tudo.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que começou por dizer que a Senhor Deputado chegou atrasado à reunião e que este assunto já foi falado e que enquanto não receberam o IRS a prioridade foi pagar aos

fornecedores, procedendo agora ao pagamento aos clubes de futebol e outras entidades.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António Domingos Vasconcelos para reiterar a pergunta.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque Gilberto Rodrigues para sublinhar o apoio a este executivo quanto às freguesias. Relativamente ao lançamento de derrama referiu que se as empresas pagam é porque têm lucros, pois só estas são abrangidas, portanto não podem dizer que estão em dificuldades.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou novamente que há três tipos de protocolos e conforme os mesmos há pagamentos feitos em momentos diferentes e que os protocolos das obras delegadas são pagos caso haja a concretização destas obras com protocolos assinados.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente Eduardo Cabral para dizer que no caso da sua freguesia pretende receber as quantias para terminar as obras de obras que já começaram. Quanto aos protocolos de espaços verdes referiu que os mesmos não devem ser vistos como esmolas, pois a quantia que recebe gasta-a para pagar ordenados e segurança social de funcionários que diariamente cuidam da limpeza dos espaços verdes da freguesia.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou novamente como se processa o pagamento no âmbito de cada protocolo. Quanto às obras delegadas, se a mesma está parada assim ficará até se decidir que é para avançar.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente Eduardo Cabral para dizer que relativamente à sede de Escuteiros não percebe que a mesma esteja parada há três meses, sendo que o centro de Santo António avançou sem problemas.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para solicitar esclarecimento quanto à coerência das afirmações da Senhora Presidente quando diz que a Câmara está em excelentes condições financeiras e depois tem obras paradas nas freguesias. Finalizou dizendo que as empresas municipais são privilegiadas relativamente às freguesias, e que tal prioridade está errada pois os Presidentes de Juntas são o rosto da Câmara em cada freguesia.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Francisco Guedes para dizer que este foi um ano excelente de gestão na sua Junta de Freguesia, pois deu prioridades ao que deveria ser dado, tal como tem feito esta Câmara.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente que explicou que em 2012 há um aumento de 40% da verba para atribuir às Juntas de Freguesia. Voltando a esclarecer que quando há redução de receitas, deve haver redução de despesas e que devem ser assumidas prioridades e estas foram as da Câmara, concretamente o pagamentos aos fornecedores. Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado Eduardo Cabral, referiu que o centro cultural de Santo António é co-financiado por fundos comunitários e o de São Vicente não é.

Voltou a falar para dizer que este Ponto é para integrar o saldo de gerência de 2011, através da redução de outra rúbrica da receita.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 19 a votação, tendo o mesmo sido aprovado com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, BE, PP e Santa Clara Vida Nova.

PONTO 20 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2012 – CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Foi presente o ofício n.º 24355/2011, datado de 13/12/2011 da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto em epígrafe, para efeitos do disposto nos artigos 53º n.º2 alínea b) e 64º n.º2 alínea c) e n.º6 alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2011 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou o Ponto através da apresentação de *Power Point*.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sara Medeiros para solicitar esclarecimento quanto às transferências para as juntas de freguesia, pois pelas suas contas o referido aumento de 40% mencionado pela Senhora Presidente não se reflecte nos valores apresentados.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria da Conceição Arruda para dizer que o orçamento reflecte uma forte aposta na componente social, salientando uma rigorosa e eficiente gestão dos recursos disponíveis.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Leite para pedir esclarecimento quanto ao local para a instalação da ETAR que o documento refere que irá ser criada em Santa Clara.

Pediu a palavra o Senhor Deputado José Luís Amaral que solicitou esclarecimento quanto aos seiscentos mil euros indicados para o Campo de São Francisco Xavier. Fez ainda uma questão quanto à “arrumação” de alguns pontos do documento.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que o crescimento é calculado em função da execução deste ano. Em relação à ETAR referiu que os SMAS estão a determinar a localização exacta. Quanto ao Campo São Francisco, o valor referido engloba não só o projecto mas também outros desenvolvimentos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sara Cristina de Medeiros que fez uso da palavra para dizer que se compara orçamento com orçamento e execução com execução, não podendo comparar execução com orçamentação. Assim, prosseguiu dizendo que no orçamento há uma redução de 24% e que o executado de 500 mil euros significa que foi executada 500 mil euros da verba que tinha sido inicialmente prevista para as juntas de freguesia, o que significa um decréscimo do investimento e um defraudar de expectativas para as Juntas de Freguesia.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para alertar para o facto de cada um dos documentos provisionais dever ser votado em separado.

O Senhor Presidente da Mesa anuiu e procedeu-se à votação em separado.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o orçamento camarário a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, abstenção PP e Santa Clara Vida Nova e contra do PS e BE, com efeitos imediatos.

Em seguida, foi o orçamento dos SMAS a votação, tendo o mesmo sido aprovado com votos a favor do PSD, abstenção do BE, PP e Santa Clara Vida Nova e contra do PS, com efeitos imediatos.

Foi, igualmente, a votação o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal e dos SMAS, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, PP, BE e Santa Clara Vida Nova, com efeitos imediatos.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Leite para declaração de voto para dizer que considerando os documentos em causa, nenhum dos orçamentos, quanto aos montantes agendados para Santa Clara, foi executado, daí o seu sentido de voto.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sara Cristina de Medeiros para leitura de declaração de voto que se encontra anexa a esta acta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Medina para declaração de voto, justificando o voto do PP com o facto de considerar que a Câmara Municipal poderia ter sido mais austera consigo própria, mas também com o facto de considerar que poderia ter sido criado um fundo de emergência, com a alocação de algumas verbas para colmatar problemas sociais que têm vindo a existir em famílias do município.

Pediu a palavra a Senhora Deputada para leitura da declaração de voto em relação ao orçamento da Câmara, declaração, esta, que se encontra anexa a esta acta. Aproveitou, ainda, para esclarecer que quando levantou a questão de ser necessário votar individualmente cada documento se deve ao facto de só assim cada bancada poder expressar o seu sentido de voto em cada um deles.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para declaração de voto, justificando o voto favorável do PSD por, mais uma vez, considerarem que o orçamento para 2012 reflecte o rigor deste executivo na gestão do município.

Não havendo mais qualquer assunto a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte horas e trinta e minutos da qual se elaborou a presente acta que foi aprovada por e que eu, como primeiro Secretário da mesa, redigi, lavrei e subscrevi.

Este documento foi elaborado sem contemplar o Acordo Ortográfico.